

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.563.293 - SC (2019/0238247-9)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : C D
ADVOGADOS : TANIA MARGARETE SOUZA TRAJANO - SC005905
JOÃO ANTÔNIO DE SOUZA TRAJANO - SC008165
EUNICE ANISETE DE SOUZA TRAJANO - SC009997
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTERES. : D B DA S
ADVOGADO : FLÁVIO ALBERTO MACHADO DE OLIVEIRA - SC014389
INTERES. : S A G M
INTERES. : R A F
INTERES. : L D
ADVOGADO : LUCIANA FAISCA NAHAS - SC014817
INTERES. : E R DA S N
INTERES. : S R B DA S
ADVOGADO : MARCEL GOMES PEREIRA - SC024889

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto de acórdão que recebeu a seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. AFASTAMENTO DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL. SENTENÇA QUE MANTEVE A GUARDA DA INFANTE AOS TIOS MATERNOS, ALIMENTOS, VISITAS DOS GENITORES E AVÓS. INSURGÊNCIA DA GENITORA. HISTÓRICO DE NEGLIGÊNCIA. ASCENDENTES INCAPAZES DE EXERCER A CRIAÇÃO DE FORMA RESPONSÁVEL. MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE FÍSICA E PSICOLÓGICA DA INFANTE. RECURSO DESPROVIDO.

Alega-se ofensa aos arts. 19 e 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, bem como dissídio.

Contrarrazões às fls. 2.558/2.565.

Parecer do Ministério Público Federal pelo não provimento do agravo (fls. 2.596/2.600).

Relatados, passo a decidir.

Superior Tribunal de Justiça

Correta a decisão agravada ao obstar o recurso especial pela incidência do verbete nº 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, eis que a análise das alegações aviadas nas razões do recurso e a reforma do acórdão recorrido, notadamente quanto à perquirição acerca do melhor interesse da criança, impõem reexame de matéria fática da lide, vedado nesta sede, nos termos do mencionado verbete, irrepreensivelmente aplicado pelo primeiro juízo de admissibilidade.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso.

Intimem-se.

Brasília (DF), 17 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora